

SBS -
PAPER

VERSÃO CORRIGIDA

A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

E AS

CIÊNCIAS SOCIAIS

Bernardo Sorj

Texto apresentado no Congresso da Sociedade Brasileira de Socio
logia, Brasília, 11.-12 de julho de 1987.

Introdução

Iniciado o processo de transição democrática, o Brasil vive hoje um momento particularmente difícil. As condições de vida dos assalariados sofreram uma deterioração como poucas vezes aconteceu na história do país, as populações urbanas na periferia vivem sob condições de terror pela ação conjunta de bandidos e policiais, lideranças rurais são perseguidas e assassinadas, a prática política está desmoralizada pelo clientelismo, a corrupção, a ineficácia do sistema partidário e o poder remanescente das Forças Armadas. As esperanças colocadas na Constituinte parecem desvanecer-se rapidamente num documento sem grandeza.

É verdade que estamos no início de uma transição política e podemos imaginar que novos governos levarão a nação para uma vida democrática. Por enquanto, os sinais são no sentido de indicar que as dificuldades são imensas e os cientistas sociais, enquanto cidadãos, convivem com os impasses e o mal-estar do conjunto da sociedade. Enquanto cidadãos, a sensação é que se deve optar entre o otimismo voluntarista ou o desespero pessimista, refletindo a dilaceração entre os dois mitos fundadores da nação brasileira: o do passado mal sucedido e do futuro brilhante. Superar a simples racionalização do mito e mostrar de que forma se constrói o Brasil real indicando as fontes de suas fragilidades e potencialidades é o desafio para as Ciências Sociais no Brasil neste fim de século.

Esta tarefa não é simples, pois além das dificuldades conceituais, o próprio cientista enquanto categoria social, encontra-se em crise. Crise de suas instituições - particularmente da Universidade, e particularmente do seu papel na sociedade. Dublê de jornalista, político, policy-maker e administrador, vê enfraquecido seu papel específico de crítico social, de independência intelectual e compromisso com a pesquisa acadêmica.

Os cientistas sociais e a abertura democrática

O contexto político institucional afeta a percepção dos cientistas sociais em várias formas. Na época da ditadura, a repressão política definia tanto os parâmetros de referência da atuação dos grupos, como limitava a possibilidade de avaliação da importância relativa dos processos emergentes. Assim, a ditadura polariza e simplifica o quadro político e cultural, ao mesmo tempo que a máquina repressiva não permite avaliar o verdadeiro potencial de novos movimentos e organizações. Pelo contrário, eles são magnificados pelo contexto de repressão, e geralmente o analista tende a supor que em condições de maior liberdade, as poucas flores esparças rapidamente se transformarão num grande jardim.

Se o erro de avaliação é compreensível, o momento atual apresenta impasses intelectuais cujas razões já devem ser procuradas em outros fatores, particularmente nas relações entre o cientista social e o poder, mediatizado pelo papel dos partidos políticos. São conhecidas as dificuldades do PMDB, do PT e das centrais sindicais de propor um debate sério sobre os problemas, os dilemas e projetos para a sociedade brasileira. A nível partidário, o PMDB ficou amarrado a uma transição política que o pulverizou e dentro da qual a luta pela sobrevivência não deixa espaço para a formulação de análises e programas que enxerguem além das conveniências momentâneas. Além do mais, um grupo central de seus intelectuais, formados por economistas que enfatizaram o potencial do capitalismo brasileiro e da possibilidade de uma alternativa reformista, foram desmoralizados, aumentando a orfandade intelectual do PMDB e das classes médias que o apoiam. O PT até hoje tem como seus principais, embora não únicos componentes, sindicalistas pouco propensos ou desconfiados de reflexões intelectuais, tendências marxistas dogmáticas e grupos de igreja, cujo

ideário é fundamentalmente dado pela fé. O que unifica o PT, o que não é pouco porém insuficiente, é seu mito fundador de exprimir o novo e o puro, de não misturar-se com a forma tradicional de fazer política.

Esta situação inclusive pode levar a que o PDT, hoje com poucos seguidores nas camadas intelectuais, transforme suas limitações - o primarismo de sua proposta societária e a rigidez organizativa - em polo de atração, pela capacidade de assinalar metas e afirmar vontade política.

A falta de uma mediação partidária coloca o intelectual entre servir as exigências do poder ou repudiá-lo, sem respaldo social de um partido que lhe permita lutar por um projeto societário. Esta situação tem porém a vantagem de não ter que ajustar-se a camisa de forças ideológicas que por vezes os partidos impõem aos intelectuais. De fato, é esta a realidade que caracteriza muitos países latino-americanos e por esta razão que o período ditatorial foi, apesar dos custos da repressão, muito produtivo para as ciências sociais do continente. Situação similar se deu no Brasil, onde a ditadura, marginalizando intelectuais da participação política, criou condições de distanciamento crítico para a elaboração acadêmica.

Oscilando entre a fascinação e a rejeição, a denúncia e a acomodação ao poder, as ciências sociais poderiam compensar a fragilidade do sistema partidário com a consolidação de um sistema de vida universitário que incentive e possibilite a dedicação exclusiva à vida acadêmica. Infelizmente esta possibilidade terá dificuldades de se afirmar.

O Brasil no Contexto da América Latina

Desde fins dos anos sessenta, e ainda mais nos anos se-

tenta e oitenta, o Brasil passou a ter um lugar privilegiado na reflexão dos cientistas sociais latino-americanos. Num contexto de crise econômica e política continental, o país dava sinais de um potencial de expansão econômica que criaria condições sociais que permitiriam supor uma possibilidade de saída para o desenvolvimento democrático no contexto capitalista. Na medida que experiências e organizações socialistas na América Latina sofreram derrotas sistemáticas, o Brasil se apresentou, explícita ou implicitamente, tanto como um laboratório de mudança social como uma possível alternativa de avanço via reformas sociais.

Já nos primeiros debates Fernando Henrique Cardoso assinalava que o Brasil embora tivesse um governo militar politicamente repressivo, ele não somente assegurava o crescimento econômico como criava condições de forte mobilidade social, sem por isso eliminar a miséria e as desigualdades na distribuição da renda.

Assim, o regime militar brasileiro, embora apresentasse similaridades com outros governos militares, possuía uma característica particular que o diferenciava do resto: a força de sua expansão capitalista.

As razões da passagem do regime autoritário ao regime democrático deu lugar a diagnósticos mais variados, porém sua possibilidade não era, em geral, teoricamente questionada. O Brasil teria que construir instituições políticas adequadas, porém a expansão capitalista e a modernização por cima teriam relegado a segundo plano, ou ao passado, as bandeiras do confronto social em torno da reforma agrária ou da presença do capital estrangeiro.

Em geral os cientistas sociais brasileiros aceitaram este diagnóstico e grande parte das pesquisas do período procuraram

confirmá-lo. A força da acumulação capitalista dos processos de modernização, dos novos movimentos sociais, do novo sindicalismo e das novas classes médias, foram conceitos e temas que perpassaram a grande maioria das pesquisas realizadas pela nova geração de cientistas sociais.

A abertura democrática começa a assinalar como estes estudos, sem perderem sua validade intrínseca, expressavam uma compreensão parcial da realidade social brasileira. Não tanto no diagnóstico da mudança social, que obviamente foi real, mas de suas implicações e significado para a ação dos grupos sociais. A abertura tem mostrado que o funcionamento de instituições políticas representativas tem enormes dificuldades de consolidar-se, e que as forças que freiam processos distribucionistas são ainda enormes. O que significa, ao nosso entender, que não se avaliou suficientemente o impacto da própria ditadura na cristalização de práticas anti-democráticas, e menos ainda, a existência de linhas de continuidade profundas de padrões de desorganização política e passividade de amplos setores dos grupos populares. Assim, a abertura democrática no Brasil, como nos outros países do cono sul, mostra as linhas de continuidade na ação dos grupos sociais e indivíduos que as ditaduras momentaneamente relegaram a segundo plano ou obscureceram.

As dificuldades de consolidação das organizações populares, a ambiguidade das elites frente ao projeto democrático, a fragilidade das instituições, e da consciência cidadã, que preexistiram ao golpe de 64, e que a ditadura em parte aprofundizou, mas não criou, continuam presentes em condições de funcionamento de liberdades políticas, e não mostram sinais de enfraquecimento.

As novas associações populares e profissionais que surgiram ou se cristalizaram nos anos de ditadura, embora favorece-

ram avanços pontuais não chegaram a alterar em forma decisiva os padrões que orientam a sociabilidade brasileira, marcada pelo clientelismo, a privatização do bem público e a miséria e abandono das classes populares.

Frente à fragilidade das camadas populares e a sólida organização dos grupos dominantes, os políticos progressistas parecem condenados, ou pelo menos pressionados, a escolher entre abandonar os princípios ou adotar soluções cesaristas.

A abertura coloca a necessidade de repensar, mais uma vez, as relações entre o novo e o velho, o moderno e o tradicional, nos processos de transformação social. Não se trata de retomar a dicotomia e o conflito entre o tradicional e o moderno, ou como feito mais recente, a adequação, funcionalização ou complementariedade das formas tradicionais às formas avançadas de produção. O que está em jogo é a própria construção das formas modernas de organização social em cima de padrões culturais de dominação preexistentes, denominados tradicionais.

A pesquisa contemporânea sobre os países avançados e a experiência japonesa, mostram que os padrões culturais identificados com a modernidade se assentam solidamente em orientações culturais preexistentes. Colocado em forma distinta, as transformações sociais, associadas a expansão capitalista, não implica a priori em instituições políticas e orientações normativas unívocas. Elas porém não são aleatórias, se assentam em processos culturais de longa maturação de cada sociedade. Isto significa que toda modernização é, do ponto de vista sociológico, conservadora.

No Brasil estas características, cristalizadas em predisposições mentais, são a sedimentação da experiência histórica do passado colonial e escravagista. Embora tenham surgido novas

!
instituições capazes de modificar parte desta herança, ela em grande medida foi mantida e adaptada aos novos processos econômico e político. Sem dúvida, novas experiências políticas poderão sinalizar a criação de novas identidades, atitudes e expectativas de sociabilidade. No Brasil porém, estas experiências foram limitadas, frágeis ou mesmo ambíguas. O "povão" ainda espera o fazedor de milagres, e a esperança mágica substitui a confiança na sua própria capacidade transformadora, num país que transformou a anomia social generalizada numa das bases de seu dinamismo econômico, de sua sociabilidade cotidiana e do funcionamento do sistema político.

A compreensão dos mecanismos pelos quais a mudança social atualiza - mantendo/modificando - padrões culturais e de dominação é um desafio que exige superar as limitações de certos marcos teóricos e preconceitos políticos. Isto equivale a dizer que a "ordem burguesa" não responde a uma essência natural da classe, preexistente ou independente do contexto onde a burguesia se desenvolveu. Muito dos valores imputados a moderna burguesia são anteriores à própria afirmação do modo de produção capitalista, que se apropriou deles e lhes deu um sentido específico, como mostra Weber e a moderna pesquisa sócio-histórica. O que significa afirmar que as explicações dos problemas de institucionalização da democracia no Brasil pela carência de uma burguesia hegemônica são falhas, pois a burguesia não é, nem alguma vez foi, condição suficiente para instalar uma ordem democrática. Não seria difícil afirmar uma tese oposta, na qual a fragilidade de uma ordem democrática no Brasil repousa na passividade, desinteresse e inconsistência política das camadas populares no Brasil.

Formulações do tipo estado forte-sociedade fraca representam uma descrição correta das relações efetivas entre o poder político e a sociedade. A força do estado não explica porém a

a fragilidade da sociedade. O poder efetivo do estado igualmente só pode ser compreendido em termos relativos a fragilidade da sociedade. O estado "a la brasileira" é frágil se comparado a um estado democrático, onde a unidade de comando e capacidade de mobilização é dada pela força de sua legitimidade e sustentação na sociedade. Na verdade a possibilidade de estado forte- sociedade fraca é estranha à democracia onde a força do estado expressa a força da sociedade civil.

Igualmente deve ser revisto o sentido do conceito de corporativismo num contexto como o brasileiro. O corporativismo moderno como instrumento de mediação política, representa um esforço de aglutinar, canalizar e reorientar interesses, particularmente do proletariado através da negociação entre grupos e classes para promover conjuntamente uma proposta societária. No Brasil o corporativismo das classes dominantes e das classes médias aparece como mecanismo de exacerbar o conflito, num salve-se quem puder onde a negociação é no sentido de manutenção ou aquisição de novos privilégios dos cofres públicos.

Igualmente cidadania não se constrói nem se expressa, em primeiro lugar, como vários cientistas políticos refletindo a perspectiva tecnocrática colocada pelo regime parecem pensar, pelo acesso à previdência social embora ela seja parte do moderno welfare state. É na solidez do sistema de ensino que integra e socializa o conjunto da população em valores e saber comum e no sentimento de participar de uma nação que se encontra uma das bases fundamentais dos modernos sistemas políticos. Nesse sentido, a aparente ingenuidade de colocações "tradicionais" que enfatizam a centralidade do sistema educacional, nos parecem mais próximas ao coração do problema de construir uma nação, do que as análises que procuram relacionar a viabilidade da democracia com determinado tipo de implementação de políticas pre

videnciárias.

Na medida que as orientações do passado não constituem um todo homogêneo, se trata de compreender e lutar pela atualização e crescimento daqueles aspectos que a sociedade brasileira carrega e que reforçam a convivência democrática. Mas como cientis-tas sociais, devemos ser capazes de explicar, e não somente denunciar ou desconhecer, os mecanismos pelos quais se reforça uma modernidade "a brasileira", prenha de violência e exclusão social.